

# A LEI DE DEUS

*Raul Pilla*

**A** EXECUÇÃO dos patriotas húngaros Nagy e Maleter levantou uma onda de justa indignação em todo o mundo civilizado. Para o comunismo a pessoa humana, com todos os mistérios que ela envolve, não tem o mínimo valor. O homem e a rez são levados ao matadouro com a mesma indiferença. Acima de tudo põe-se o interesse do Estado, do Estado comunista, naturalmente.

Tais aberrações, que fazem a humanidade regredir a um estado de barbárie simplesmente inimaginável no século passado, já não espantam, embora revoltam. São próprias da doutrina que, propondo-se estabelecer a igualdade econômica entre os homens, começa por os reduzir a animais, de que os senhores dispõem livremente.

A mim espanta, sim, que posição semelhante possa ser tomada por adversários naturais do Comunismo e com argumentos que este nenhuma dúvida teria em perfilhar.

Assim, narra um telegrama que, estando a discutir-se, na cidade do Salvador, a pena de morte e tendo-se-lhe manifestado unânimemente contrários os criminalistas baianos, um sacerdote, diretor da Faculdade de Filosofia, defendeu-a para os «crimes hediondos», baseando-se em São Tomás de Aquino. «Cada pessoa está relacionada com a comunidade inteira como parte do todo», disse o sumo teólogo. Assim, conclui o sacerdote (parece dele ser a conclusão) que, «se algum homem for danoso à comunidade e dela se desviar, devido a alguma falta, é louvável e salutar que sofra a pena de morte para que se conserve o bem comum». Os comunistas, que assassinaram agora Nagy e Maleter e têm matado milhares de criaturas humanas, não precisariam de outra justificação para os seus crimes: o que eles pretendem é estabelecer e conservar o bem comum e criminosos hediondos não podem deixar de considerar quantos procurem impedir a realização de tão grande ideal.

Eu não creio, e se me engano peço desde já perdão da minha ignorância, que na doutrina de S. Tomás se contenha a conclusão do sacerdote. Se cada pessoa está relacionada com a coletividade inteira como parte do todo, desta evidente verdade não se infere que o todo tenha o irrestrito direito de eliminar a parte. E com tanto maior fundamento, no caso, quanto a sociedade pode preservar-se segregando o criminoso, em vez de matá-lo, em violação de um dos grandes mandamentos da lei de Deus.